

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE Nº 17.293.2013-10
ENTIDADE: Câmara Municipal de Assis Brasil
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Assis Brasil, exercício de 2012
RESPONSÁVEL: Antonia Alves Pereira Cavalcante
RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

ACÓRDÃO Nº 10.173/2017

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Assis Brasil. IRREGULAR. Devolução e Multa. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora: **1)** considerando **IRREGULAR** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Assis Brasil, exercício 2012 de responsabilidade da Sr^a. Antônia Alves Pereira Cavalcante, Presidente à época, com fundamento nas alíneas “b” e “c”, do inciso III, do art. 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993 em face das seguintes impropriedades: **a)** por ter ultrapassado o Limite da Despesa Total em 0,03% previsto no art. 29-A da CF/88; **b)** ter contratado o Sr. Djalma Eduardo Cardoso sem processo Licitatório em desconformidade aos arts. 2º e 3º da Lei nº 8.666/1993; **c)** envio intempestivo de dois dias úteis da referida Prestação de Contas; por não ter enviado o Relatório Circunstanciado, a LOA e o Subsídio dos Agentes Políticos devidamente assinado; **d)** não ter comprovado o Saldo Patrimonial de R\$ 65.743,66; **e)** pela inconsistência no Demonstrativo de Dívida Flutuante com diferença em R\$ 25,92 e inconsistência na RCL, e **f)** considerar como ressalva a não implantação à época do Controle Interno já que este Tribunal concedeu o prazo até 1 de abril de 2013 por meio da Resolução TCE/AC nº 76 de 13 de setembro de 2012, em: **2)** Aplicação de MULTA no valor de R\$ 3.570,00 prevista no art. 89, II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, a Sr^a. Antônia Alves Pereira Cavalcante Presidente, à época, por contratação do Responsável Contábil sem o devido processo Licitatório estando em desconformidade com arts. 2º e 3º da Lei nº 8.666/1993; **3)** Notificar o responsável pela contabilidade, à época, o Sr. Djalma

Pág. 1 de 10

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Eduardo Cardoso, para que se atente aos princípios e às normas brasileiras de Contabilidade aplicada ao setor público, sob pena de responsabilidade, e **4) Arquivar** o feito, após as formalidades de estilo.

Rio Branco, 16 de fevereiro de 2017.

Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora

Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Conselheiro **Antonino Jorge Malheiro**

Cons.^a **Dulcinéia Benício de Araújo**

Conselheira Substituta **Maria de Jesus Carvalho de Souza**

Fui presente:

Mario Sérgio Neri de Oliveira
Procurador do MPE/TCE/AC

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 17.293.2013-10

ENTIDADE: Câmara Municipal de Assis Brasil

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Assis Brasil, exercício de 2012

RESPONSÁVEL: Antonia Alves Pereira Cavalcante

PROCURADOR:

RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

RELATÓRIO

1) Tratam os autos da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Assis Brasil, exercício de 2012 em cumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, e Resolução TCE nº 62¹ de 18 de julho de 2008, de responsabilidade da Presidenta à época a **Sr^a. Antonia Alves Pereira Cavalcante**.

2) A documentação às fls 02/86 deu entrada no Tribunal de Contas do Estado do Acre no OF/CMAB/Nº 038/2013 dia 01 de abril de 2013, segundo o carimbo de protocolo à fl. 02 dos autos, entando **intempestivo**² estando em desconformidade com o art. 2º, inciso “I”, alínea “b” da Resolução TCE/AC nº 62/2008³.

3) A 2ª IGCE enviou 3 (três) Relatórios Técnicos às fls. 94/106, 195/201 e 256/261 a qual **apurou** os seguintes resultados:

a) Enviou a Prestação de Contas em meio físico de forma **incompleta** por não ter enviado peças obrigatórias⁴ do Anexo V da Resolução TCE/AC 62/2008

¹ Dispõe sobre a entrega, envio e disponibilização dos dados e informações em meio informatizado, que os responsáveis pelos poderes, órgãos ou entidades da administração direta e indireta, estadual e municipal, inclusive os fundos instituídos e mantidos pelo poder público devem fazer a este tribunal de contas, e dá outras providências.

² Estando com dois dias úteis de atraso

³ A referida Prestação de Contas é de 2012 então a Resolução 62/2008 ainda vigorava

⁴ Não enviou o Relatório Circunstanciado, como também enviou o Balancete de Verificação, Cópia dos Decretos e Relatório sintético sem assinaturas.

mas enviou a mídia magnética⁵ em cumprimento aos arts. 1º, § 2º, da Resolução TCE/AC nº 62/2008⁶.

b) O Rol de Responsáveis foi apresentado à fl. 03 estando em conformidade com os arts. 7º e 8º da Resolução TCE/AC nº 62/2008, informando inclusive o responsável pela contabilidade, o qual enviou a Certidão de Regularidade Profissional – CRP **comprovando sua habilitação profissional** conforme dispõe a Resolução CFC nº 1.363/2011 e o art. 11 da Resolução TCE/AC nº 62/2008, conforme carimbo de protocolo à fl. 03.

c) O envio da referida Prestação de Contas foi **intempestiva**, enviada no dia 01 de abril de 2013, estando em desconformidade com o § 1º do art. 23 da Constituição Estadual c/c art. 2º inciso I, da Resolução TCE/AC nº 62/2008.

d) A documentação enviada ao TCE/AC se mostrou **incompleta** e em desconformidade com o Anexo V da Resolução TCE/AC nº 62/2008, faltando enviar o **Relatório Circunstanciado**⁷. Após a solicitação no primeiro relatório foi entregue o Relatório Sintético dos Decretos de Abertura dos Créditos Adicionais às fls. 170/184, o Balancete contábil à fl. 96 e o Demonstrativos dos restos a pagar à fl. 186.

e) No Primeiro Relatório técnico ficou prejudicado à análise do Orçamento e suas alterações devido a falta do envio da LOA ao TCE, contudo pode se apurar a partir do Balanço Orçamentário que a Receita foi de **R\$ 476.000,00**⁸. No Segundo Relatório técnico já havia sido enviado os Decretos de Abertura de Créditos adicionais/suplementares de onde foi analisado o Orçamento. O **Orçamento Inicial** foi previsto o valor de **R\$ 476.000,00** e posteriormente houve uma suplementação de **R\$ 41.810,49** e anulação de **R\$ 44.810,49**,

⁵ Relatório fl. 256 item 2.1

⁶ Resolução 62/2008 vigorou para Prestações de Contas até o exercício 2013

⁷ Relatório Circunstanciado da Análise da Gestão Orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, produzido pelo Controle Interno

⁸ no 1º Relatório Técnico

chegando ao Orçamento Atualizado de **R\$ 473.000,00**. A **Despesa Executada** alcançou o valor de **R\$ 473.000,00**, sendo as maiores participações “Vencimentos e Vantagens Fixa – Pessoa Civil”, “Obrigações Patrimoniais” e “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física” sendo **52,62%**, **12,86%** e **12,31%** respectivamente;

f) Foi verificado no Balanço Financeiro fl. 37 que **não existe obrigações a pagar**, nem disponibilidade financeira, sendo executada 100% dos créditos orçamentários, esta informação foi confirmada pelas conciliações bancárias às fls. 75/80.

g) Na análise da evolução Patrimonial constatou-se uma variação positiva de 30,93% no Ativo Permanente da Câmara Municipal de Assis Brasil às fls. 38/39.

h) O Saldo Patrimonial de **R\$ 65.743,66** apresentado no Balanço Patrimonial fl. 38 **não foi comprovado**, mesmo após análise⁹ do Inventário Analítico dos Bens Móveis às fls. 70/73 e a análise¹⁰ da mídia magnética.

i) A análise técnica considerou o Demonstrativo de Dívida Flutuante (Anexo 17) **inconsistente** por não ter comprovado o pagamento de **R\$ 25,92**, mantendo a posição nos 3 (três) Relatórios.

j) **Limite da Despesa Total** não pode passar o percentual de **7%** sobre a RCL onde foi apurado que o Poder Executivo enviou ao Legislativo **7,03%** **ultrapassando o limite** previsto no art. 29-A da CF/88.

k) **Limite de Gastos com a Remuneração dos Vereadores** não pode ultrapassar os **70%**, verificou-se que estas despesas chegaram a **52,62%**¹¹ estando **em conformidade** com art. 29-A, § 1º da CF/88.

⁹ 2º Relatório Técnico fl. 100

¹⁰ último Relatório Técnico (fl. 257 ite, 2.3)

¹¹ 1º Relatório fl. 102.

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

- l) **Limite de Gastos com Pessoal não pode ser verificado**¹² pela falta de demonstrativos e por não constar no Sistema Informatizado de Análise de Prestação de Contas Eletrônica o Anexo da LRF, estando em desacordo com § 1º do art. 18 da LRF.
- m) **Subsídio dos Agentes Políticos** foi enviado às fls. 102/103, contudo sem as assinaturas, o que torna inválida e **desta forma mantemos a falta da informação** necessária à análise.
- n) O valor da RCL no Relatório de Gestão Fiscal se mostrou **inconsistente**¹³ com a Prestação de Contas.
- o) A Câmara Municipal de Assis Brasil não possui Controlador Interno estando em desacordo com os art. 31 e 74 da CF/88 e o art. 23 da Constituição Estadual do Acre, c/c com a Resolução TCE/AC nº 76/2012.
- p) Contratação do contador Sr. Djalma Eduardo Cardoso **sem processo licitatório** estando em desconformidade aos arts. 2º e 3º da Lei nº 8.666/1993.
- 4) Os autos vieram por redistribuição no dia 02 de fevereiro de 2017 conforme verificado à fl.274.
- 5) A **Srª. Antonia Alves Pereira Cavalcante** – Presidente à época foi **devidamente citada** conforme Mandato de Citação à fl. 117, a qual aproveitou duas oportunidades para apresentar sua defesa.
- 6) O Ministério Público de Contas, por meio de sua ilustre Procuradora, a Drª. Anna Helena de Azevedo Lima, pronunciou-se¹⁴ às fls. 269/272.

¹² 1º relatório técnico fl. 102

¹³ 2º Relatório técnico fl. 199

¹⁴ Parecer do Ministério Público de Contas – no dia 19 de março de 2015.

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

É o Relatório.

Rio Branco, 16 de fevereiro de 2017.

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 17.293.2013-10

ENTIDADE: Câmara Municipal de Assis Brasil

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Assis Brasil, exercício de 2012

RESPONSÁVEL: Antonia Alves Pereira Cavalcante

PROCURADOR: -

RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA (Relatora):

Em face dos dados apresentados nos autos, verifica-se que a análise técnica apontou as seguintes falhas/irregularidades, VOTO:

- 1) Pela EMISSÃO DE ACÓRDÃO com fundamento nas alíneas “b” e “c”, do inciso III, do art. 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, considerando IRREGULAR a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Assis Brasil, exercício 2012 de responsabilidade da Sr^a. Antônia Alves Pereira Cavalcante, Presidente à época, em face das seguintes impropriedades:
 - a) por ter ultrapassado o Limite da Despesa Total em 0,03% previsto no art. 29-A da CF/88; ter contratado o Sr. Djalma Eduardo Cardoso sem processo Licitatório em desconformidade aos arts. 2º e 3º da Lei nº 8.666/1993;
 - b) envio intempestivo de dois dias úteis da referida Prestação de Contas;
 - c) por não ter enviado o Relatório Circunstanciado, a LOA e o Subsídio dos Agentes Políticos devidamente assinado;
 - d) não ter comprovado o Saldo Patrimonial de R\$ 65.743,66;
 - e) pela inconsistência no Demonstrativo de Dívida Flutuante com diferença em R\$ 25,92 e inconsistência na RCL, e
 - f) considerar como ressalva a não implantação à época do Controle Interno já que este Tribunal concedeu o prazo até 1 de abril de 2013 por meio da Resolução TCE/AC nº 76 de 13 de setembro de 2012;

- 2) Aplicação de MULTA no valor de R\$ 3.570,00 prevista no art. 89, II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, a Sr^a. Antônia Alves Pereira Cavalcante Presidente, à época, por contratação do Responsável Contábil sem o devido processo Licitatório estando em desconformidade com arts. 2º e 3º da Lei nº 8.666/1993;
- 3) Notificar o responsável pela contabilidade, à época, o Sr. Djalma Eduardo Cardoso, para que se atente aos princípios e às normas brasileiras de Contabilidade aplicada ao setor público, sob pena de responsabilidade, e
- 4) Arquivar o feito, após as formalidades de estilo.

É como Voto.

Rio Branco, 16 de fevereiro de 2017.

Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 17.293.2013-10

ENTIDADE: Câmara Municipal de Assis Brasil

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Assis Brasil, exercício de 2012

RESPONSÁVEL: Antonia Alves Pereira Cavalcante

RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

“**CERTIFICO** que o presente processo foi apreciado por esta Corte de Contas na 1.272ª Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 16 de fevereiro do corrente ano, presidida pelo Conselheiro-Presidente **Valmir Gomes Ribeiro**. Participaram do julgamento os Conselheiros **José Augusto Araújo de Faria, Antônio Jorge Malheiro, Dulcinéa Benício de Araújo, Naluh Maria Lima Gouveia**, e a **Conselheira Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza** e como Representante do Ministério Público de Contas, o Dr. **Mario Sérgio Neri de Oliveira**. Ausente, justificadamente, os Conselheiros **Antônio Cristóvão Correia de Messias** e **Ronald Polanco Ribeiro**. Decisão: o Colegiado decidiu, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, **Naluh Maria Lima Gouveia**.” (à fl. 276)

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora